



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0980/03	DATA: 17/07/03
INÍCIO: 15h29min	TÉRMINO: 17h39min	DURAÇÃO: 02h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h09min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 26
REVISÃO: Leine, Tatiana, Víctor		
CONCATENAÇÃO: Estela		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY - Delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.  
Expressão não confirmada: Cubalse



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Há número regimental de Deputados. Então, alcançou-se o *quorum*. Nós vamos apenas dar continuidade aos depoimentos. De manhã, tomamos depoimento de um policial, do Jorge Alcântara. Agora, o depoimento será do Delegado Sr. Paulo Sérgio Oppido Fleury, a quem convido a vir à mesa. Por favor, Delegado Fleury. (*Pausa.*) As inquirições iniciais aos depoentes serão formuladas pelo Sr. Relator, Deputado Leonardo Picciani. E, em caso de algum dos Srs. Parlamentares querer formular pergunta ao depoente, favor se inscrever junto à Secretaria. Antes, porém, cumpre-me fazer algumas colocações introdutórias ao depoente. Conforme norma de protocolo, V.Sa. deverá dirigir-se aos Parlamentares tratando-os de excelência. Os Srs. Parlamentares deverão dirigir-se aos depoentes tratando-os de senhoria. Peço a todos que sejam conferidas a solenidade, formalidade, imparcialidade, seriedade e objetividade, que devem nortear os trabalhos do inquérito. Devem ser evitadas quaisquer questões descabidas ao objeto desta Comissão, que é o de investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Qualquer pergunta ou insinuação que destoe dos objetivos apregoados desobriga o depoente de respondê-la. Lembro ao depoente que não está obrigado a responder pergunta que o incrimine, porém, esta é uma oportunidade que tem para esclarecimento e o silêncio será considerado presunção da verdade. Agregaria mais: esta é uma Comissão de interesse da sociedade brasileira. Hoje, se falsifica praticamente tudo no Brasil: remédio, peças de automóveis, o que põe em risco a vida das pessoas. Estamos fazendo uma investigação. Ouvimos o Ministério Público, ouvimos a sociedade. Seu nome foi citado. A única coisa que eu peço é que fale sempre a verdade. A mentira, aqui, jamais! Mentir, para um Deputado, significa quase sua



cassação. Imagine para quem não é Deputado! Então, passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente dizer ao Sr. Delegado Paulo Sérgio Fleury que S.Sa. foi chamado a prestar esclarecimentos a esta Comissão, porque, no bojo das investigações, em depoimentos anteriores, seu nome foi citado como possível envolvido com o crime de pirataria que ora esta Comissão Parlamentar de Inquérito investiga. Da mesma forma que conduzi o depoimento anterior, consulto V.Sa. se, antes de passarmos à pergunta, gostaria de fazer alguma declaração.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu só queria dizer a V.Exa. que eu trabalho na Polícia há 28 anos, sendo que, no meu último ano, eu sou responsável pelo combate à pirataria no Estado de São Paulo. Então, eu queria deixar apenas consignado, nobre Deputado, que eu tenho a tranqüilidade que fui o primeiro Delegado-Chefe desta delegacia que nós montamos em São Paulo, a primeira do Brasil. Tivemos muita dificuldade em instalar a delegacia e tivemos, acredito, algum êxito em nossos trabalhos. E eu vejo, com muita satisfação, porque sempre que eu participava de comitês, de reuniões, de seminários, reuniões do MERCOSUL de combate à pirataria, eu já venho há algum tempo denunciando a importância e a gravidade da pirataria em São Paulo e no Brasil. Principalmente eu, que lidei diretamente com esse combate, com rigor e bons resultados, percebi o nível de organização dos cartéis de todos os níveis e produtos falsificados em São Paulo e no Brasil. Então, eu queria só fazer essa colocação: que eu sou policial há quase 30 anos e sou um dos maiores combatentes da pirataria. E, quando eu freqüento seminários, com vários colegas que inclusive foram ouvidos nesta CPI,



nós até comentamos que nós conseguimos fazer uma revolução no combate à pirataria. Ela vinha adormecida, não lhe vinha sendo dada a importância. Sabemos como é importante, o mal que faz para o Governo, para os trabalhadores, a falta de emprego, e os grandes prejuízos. Então, eu fiz parte de um movimento com várias pessoas que estiveram aqui já depondo; nós fizemos uma revolução no combate à pirataria. Tenho certeza de que tenho missão cumprida, tenho certeza de que eu me esforcei ao máximo para obter esses resultados. Eu só queria colocar a minha posição de sempre estar combatendo a pirataria em todos os níveis.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Passaremos às perguntas. A sigla da Delegacia Antipirataria, chefiada por V.Sa. em São Paulo, era DEIC?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, a Polícia Civil tem vários departamentos. E existe o DEIC, que é Departamento de Investigação sobre o Crime Organizado, que é o departamento que investiga os crimes de autoria desconhecida e o crime organizado. A minha delegacia pertence ao DEIC. Uma das divisões do DEIC é Divisão de Investigações Gerais. Eu era titular da Primeira Delegacia de Propriedade Imaterial, que pertence ao DEIC.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Perfeito. Por quanto tempo comandou a unidade?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Cerca de um ano, um ano e quatro meses.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Ainda comanda a unidade?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não. Fui afastado no dia 30 de abril.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Durante o período em que esteve à frente da unidade, qual foi a metodologia empregada para desenvolver as investigações e apreensões, tipo: tipo de mercadoria que se buscava apreender; a periodicidade entre uma apreensão e outra; como era feito o encaminhamento para a perícia; como era feita a instauração dos inquéritos policiais e como eram feitas as descrições dos autos de apreensão e o acautelamento da mercadoria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Essa resposta é um pouco longa. Não sei se posso me estender. A delegacia foi criada em 2001 pelo Governador do Estado de São Paulo. Em novembro de 2001, mais precisamente, fui lotado como assistente nos primeiros dois meses, em que tinha um delegado que respondia pela delegacia, um titular. Em janeiro/fevereiro de 2002, acabei assumindo a delegacia. A delegacia tinha pouquíssimos recursos. Não tinha, e não tem ainda, espaço necessário para os trabalhos, adequado à nossa função. Começamos a delegacia com apenas 2 escrivães e cerca de 6 investigadores. Nós dividíamos uma sala, todos, e com a confiança que nós tínhamos do Sr. Secretário, Delegado-Geral, Diretor, Divisionário, nós fomos conseguindo meios, recursos e espaço. Nós mudamos a delegacia, se não me engano, em março ou abril do ano passado, para uma outra sala um pouco maior e a delegacia foi crescendo, foram chegando viaturas, foram chegando policiais, escrivães com um pouco mais de dificuldade. E nós começamos a realizar um trabalho de Polícia Judiciária. O nosso objetivo, inicialmente, é... porque o crime organizado exige um tempo grande de investigação. Ninguém vai sair e conseguir fazer uma investigação em meia hora. Então, como nós tínhamos poucos recursos, pouco tempo, eu com a minha equipe optamos em iniciar nosso trabalho de combate à pirataria. E, respondendo a



pergunta de V. Exa., nós começamos a realizar operações em pontos onde se concentravam o maior número de produtos falsificados. Eram locais em que a gente era cobrado pela imprensa, cobrado pelos meus superiores, que são lugares que todo mundo conhece em São Paulo; são centros comerciais em que ostensivamente se vendem produtos falsificados. Iniciamos um trabalho de combate a esses locais, combatendo o comércio ostensivo: roupa, CDs, tênis, DVD, fita de VHS, *softwares*, enfim, óculos, personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, enfim, a delegacia começou a ser divulgada, começou a trabalhar, começamos a receber uma confiança maior do nosso Governo e começamos a desenvolver algumas investigações. Posso citar, como caso expressivo, a descoberta do maior laboratório clandestino de falsificações de CD's musicais até hoje descoberto, da máfia chinesa, em que foram presos quatro membros da máfia chinesa, foram autuados em flagrantes e já foram condenados, inclusive. Então, nosso trabalho se iniciou com o combate ao comércio ostensivo nas ruas de São Paulo, alguns trabalhos no interior de São Paulo, com a autorização prévia do Exmo. Delegado-Geral. E procedíamos ao trabalho rotineiramente e quase que diariamente nós tínhamos operações. Enfim, nós tínhamos um contingente aí de, acho que, 12 investigadores. E saíam em 4 investigadores e faziam as apreensões. Entrando agora no trabalho diário da delegacia. Como funcionava? Nós... E gostaria de frisar a V. Exa. que, em muitas operações, eu, juntamente com membros do Ministério Público, da Receita, da Fazenda, defendemos as forças-tarefas. Eu fiz parte um ano da força-tarefa da Prefeitura de São Paulo, em que fizemos diversas diligências com o Ministério Público, fizemos com a Receita, com a Fazenda, com a Guarda Municipal, Polícia Militar, CONTRU, a Secretaria Municipal de Segurança, pessoalmente,



acompanhando, porque acho que a forma de você combater esse tipo de delito seria você... A lei ainda é fraca, Deputado. A lei ainda não é como nós, policiais, gostaríamos que fosse: rigorosa, que desse condições de prender e deixar presas as pessoas. A lei tem alguns benefícios: um depende de representação; o outro é afiançável. Então, o trabalho da força-tarefa...ela é completa, porque pega na Receita ou pega na Fazenda. A Polícia Federal — me esqueci da Polícia Federal — também ia com a gente. Fizemos uma operação no fim do ano de 2002, na Galeria Pajé, que foi assim de uma divulgação muito grande da mídia, porque houve revolta de todos os camelôs, houve quebra-quebra, houve pancadaria entre eles, a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Só para V.Exa. ter uma idéia, Deputado, nessa operação, nessa megaoperação, nós fomos em 200 pessoas, 200 pessoas, entre policiais civis, militares e todos esses membros. Então, voltando à nossa parte operacional, tínhamos as operações na delegacia, tínhamos as operações de conjunto, e nós fazíamos as apreensões no local, sempre detendo, se possível, as pessoas, as testemunhas, o objeto falsificado, sempre que possível, com o representante da vítima acompanhando, para poder identificar o produto, para poder apontar o produto, e muitas vezes até com informações privilegiadas. Nós tínhamos uma condição muito especial, que eu julgo muito especial, o Secretário... O Deputado sabe muito bem disso, que, na Polícia, a palavra confiança, o sigilo é necessário a qualquer operação policial. Então, tínhamos a condição especial e, com todos esses órgãos e também com os representantes, com os advogados, uma lealdade muito grande, uma confiança muito grande. Não me lembro um caso em que vazou informação, nenhum caso. Em todos os casos planejados, efetivados, nós tivemos sucesso e tivemos apreensões grandes. As apreensões eram feitas no



local, eram transportadas para a delegacia. Tínhamos um espaço destinado ao descarregamento e à contagem, o que era imediatamente feito, ao mesmo tempo em que o cartório já começava a ouvir as pessoas, as testemunhas. Se houvesse indiciados, procedia ao indiciamento, ao flagrante, se fosse o caso, e paralelamente os objetos eram contados, separados, ensacados, remetidos ao cartório, onde era formalizado o boletim de ocorrência, o auto de apreensão. E, se fosse o caso, o auto do depósito imediatamente, porque, como falei, Excelência, não existia espaço na delegacia, não tínhamos como guardar que sejam 10 mil CD's, que era praticamente uma rotina nossa fazer essa apreensão. Então, o senhor imagina uma operação na Galeria Pajé com 5 mil pares de tênis. Não havia lugar. O DEIC tinha celas antigamente, estão desocupadas e hoje nós usamos algumas celas até para depósito de alguma mercadoria em que você não tem um depositário. Um exemplo: nós fizemos a maior gráfica até hoje descoberta com 200 mil caixas prontas de cartuchos da marca HP. E nesse local nós apreendemos uma quantidade imensa de matéria-prima, apreendemos diversas caixas, centenas de caixas, e foram para o DEIC. A gente não tem como depositar. Então, esse tipo de coisa fica nesses depósitos, nesses espaços que nos restam ainda. Então, basicamente, esse era o procedimento. Após o boletim de ocorrência lavrado, a oitiva das pessoas. Se fosse caso de flagrante, estava iniciado o inquérito policial tecnicamente. Se fosse algum caso em que houvesse a representação após a chegada do laudo, comprovando que se trata de material falsificado, se instaurava o inquérito policial. No caso de ação pública incondicionada, nos casos de direito autoral, art. 184 do Código Penal, em que a pena é quatro anos, eu registrava as ocorrências, fazia a apreensão, fazia o depósito, remetia ao IC, Instituto de Criminalística, o qual eu queria até ressaltar a



importância que tem para esse combate à pirataria, Excelência. O Instituto de Criminalística, embora com poucos recursos... Inclusive eu queria até dizer que nós tivemos a condição de equipar boa parte do IC. Nós tivemos o êxito de descobrir seqüencialmente 10 a 12 laboratórios clandestinos de CD e apreendemos diversas impressoras, xerox, computadores, e tudo isso eu deposei para o IC. Então, o IC é muito importante, porque ele nos formaliza os crimes. E quero frisar ainda que, embora existam algumas correntes que ainda defendam a remessa de toda a apreensão para o IC, eu adotei a forma de amostragem em conjunto com o diretor do IC. Então, voltando à perícia, nós remetíamos uma amostra para a criminalística e depositávamos para o representante, para o advogado, enfim, quem fosse o representante legal da empresa, os objetos apreendidos. Os laudos, quando chegavam — os laudos relativos aos crimes de direito autoral, laudo positivo —, nós instalávamos o inquérito policial. Então, esse basicamente é o roteiro, o dia-a-dia e a rotina da delegacia do DEIC.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Qual foi a classificação dada no inquérito policial a essas apreensões citadas pelo senhor, da HP, dos tênis e de outras mercadorias?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, a nossa legislação ainda não é a ideal para o combate efetivo à pirataria, a meu ver. Eu, se pudesse aplicar o rigor da lei a esses falsificadores, iria sugerir 5 ou 8 anos. Há de se fazer uma diferença entre cada crime que o senhor mencionou. Um crime de direito autoral, ação pública incondicionada, se instaura inquérito policial com a chegada do laudo. No caso dos tênis, remete-se ao IC, Instituto de Criminalística.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Permita-me só um aparte, Presidente. Dr. Fleury, gostaria só de pedir para V.Sa., quando se referir agora à pergunta do Relator, independente de qual é o procedimento legal, de qual era o procedimento, na prática, exercido por V.Sa. e pelo grupo quando recebia o material no dia-a-dia na sua delegacia, por favor.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – O.k., O.k. Então, a nossa atividade rotineira é justamente esta que eu estou explicando. Os casos de tênis, por exemplo, nós dependemos do laudo e da representação. Quando o laudo é positivo e chegou a representação, se instala inquérito policial. Nos casos da HP, é incrível, é incrível, mas, se nós procurarmos na legislação, nós não vamos achar nenhum crime que possa deixar o dono da gráfica preso. Então, nós aplicávamos uma lei, um artigo, se não me engano, da lei da relação de consumo, que menciona sobre adulteração de parte, de caixa e tudo mais. E é o TC. Infelizmente, a gente... Essa pessoa é autuada em flagrante, paga fiança e... embora estivesse com mais de 200 mil caixas prontas. E mensurar o valor dessa apreensão é muito difícil, a matéria-prima e tudo mais. Então, é esse o procedimento.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - As operações eram sempre efetuadas em cumprimento de mandados?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, não. Como eu dizia, a delegacia primeiramente combatia os crimes que eram ostensivos, onde se vendiam abertamente, em camelôs, em lojinhas, em bancas, em pára-quedas, que é aquele pano azul no chão chama-se pára-quedas. Então, esses locais, segundo o DIPO entende, Departamento de Inquéritos Policiais, do Judiciário, não é necessário mandado de busca. Então, Excelência, o mandado de busca nós pedíamos...



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - E no caso da gráfica?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, mandado de busca. No caso de local fechado, nós sempre solicitávamos mandado de busca ao DIPO e quase sempre nós éramos atendidos, porque normalmente nós instruíamos aquela solicitação com uma investigação, fotografia do local, levantamento das pessoas envolvidas, se possível uma amostra do que nós compramos, do que a investigação conseguiu comprar dentro daquela empresa. Então, normalmente, quando o DIPO recebia a solicitação, ela tinha totais condições de expedir o mandado de busca. E nós tivemos, embora o crime muito leve, a gente sabe — e é uma dificuldade muito grande da Polícia, acho que no Brasil todo, de combater a pirataria é justamente, Deputado, que o Judiciário ainda acha que a pirataria é perfumaria. Eles ainda acham que o crime de roubo é importante, seqüestro é importantíssimo, gravíssimo, tráfico... Concordo com todos eles, mas também é importante a pirataria. Nós, policiais que combatemos a pirataria — e eu tive a oportunidade de estar com vários colegas do Brasil inteiro, em várias oportunidades, em seminários, congressos —, todos nós temos a dificuldade: a grande dificuldade nossa é que ainda se pensa no coitadinho do camelô, que incrivelmente é um componente do crime organizado. Eu, na minha gestão, eu não tinha tolerância com o camelô; nem com o camelô, nem com o vendedor, distribuidor, falsificador. Nós sempre fomos muitos rigorosos e tivemos uma atuação muito firme. E justamente a nossa atuação nos levou a participar da força-tarefa da Prefeitura de São Paulo. Fomos convidados, fomos membros um ano e tivemos um combate implacável à venda ostensiva de ambulantes clandestinos no centro de São Paulo, na zona sul, zona oeste,



Municípios vizinhos de São Paulo, porque eu acho que também faz parte da organização criminosa.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor comandava pessoalmente todas as operações da delegacia?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, eu comandava as maiores operações, eu comandava as operações da força-tarefa pessoalmente, porque todos os membros chefes compareciam, e uma boa parte eu acompanhava.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Quando o senhor não comandava, a quem cabia, a quem incumbia essa função?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - À equipe encarregada, sempre à equipe encarregada. O seu chefe, da equipe, o investigador-chefe da delegacia, ou o investigador-chefe da equipe que ia para o local. Ou, esporadicamente, nós tivemos a condição de ter alguns delegados assistentes, por pequenos períodos, então, eles também dividiam comigo essa missão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Quantos policiais participavam, policiais lotados na delegacia de pirataria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Quando eu saí da delegacia, em abril de 2003, 25 policiais. Inicialmente, começamos com 4.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Voltando ao assunto: nas hipóteses em que os laudos eram negativos — os laudos de apreensão —, qual era o destino dado às mercadorias?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, a mercadoria não muda, porque a mercadoria era apreendida no dia, era depositada para o representante da vítima. Se eventualmente...



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Normalmente, onde eram esses depósitos?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Senhor?

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Normalmente, onde se encontravam esses depósitos?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, nós fazíamos um auto de depósito — um auto de depósito —, e cada representante tinha o seu depósito, o seu destino, ou a sua empresa. A Polícia não era responsável por isso. Agora, quando, eventualmente... E tivemos casos, tivemos casos de muitos laudos de tênis negativos — muitos laudos —, porque a empresa não mandava o padrão original para o IC. É incrível, não é? A gente fazia o trabalho, fazia a investigação, fazia a apreensão, e os representantes não mandavam o padrão original para a perícia. Então, vinha o laudo negativo. Nesse caso, a empresa que era depositária solicitava judicialmente a liberação, a incineração, a destruição, doação. Não é função da Polícia esse destino, a não ser que nós tivéssemos... Porque você vê o seguinte: nós temos... vamos colocar 500 tênis apreendidos, sem dúvida nenhuma falsificados, depositados para a vítima; ninguém vai solicitar a devolução, nenhuma das pessoas que foram apreendidas vão... São todos clandestinos. Todos eles sabem que se trata de pirata. Então, geralmente, o destino é uma autorização judicial para a que a empresa ou faça doação ou destruição desses objetos.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor conhecia o policial Jorge Devai Alcântara, que depôs hoje conosco?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor. Não conhecia.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Não conhecia?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor poderia nos identificar quem é o policial conhecido pelo apelido “Gigi”, que supostamente seria policial da sua equipe?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Claro, o Gigi é o investigador-chefe, Gilberto Teixeira — inclusive continua à frente da delegacia —, um excelente policial, que trabalhou comigo algum tempo.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A quem cabia a escolha dos objetivos das operações?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, normalmente caberia ao delegado titular, normalmente caberia a mim essa decisão. Mas, como eu falei, nós tivemos delegados assistentes, que também decidiam na ocasião, e tínhamos as equipes de investigação. Eventualmente, as equipes da rua mesmas pediam autorização por telefone para mim, para o Gilberto, ou para o delegado assistente. As equipes mesmas faziam a operação. Estava na mão, quer dizer, já tinham conseguido localizar. O exemplo foi esse laboratório.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Mas dependia da autorização do senhor, ou do delegado assistente, ou do investigador-chefe?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, a não ser caso de prisão em flagrante. Eu vou até, se me permitirem... Esse laboratório a que me referi, laboratório com 105 *drivers*. Os senhores nem imaginam o que seja isso, mas é desse tamanho o laboratório, trabalhava 24 horas por dia. A equipe estava nessa investigação fazia 3 meses. E eles conseguiram, através de uma campana, que é uma observação discreta a distância, perceber que um dos chineses estava saindo



do local com algumas caixas. Então, eles prenderam essa pessoa saindo da casa. Eles tinham até uma Cherokee. Por incrível que pareça, o crime organizado deve dar bom resultado a esses criminosos, porque eles saíram com uma Cherokee, 2 chineses. A equipe abordou eles no meio do caminho, eles já tinham o CD com eles, eles voltaram para casa. E não deu tempo. Nesse caso, não dá para avisar a autoridade policial. Entraram na casa, prenderam outras pessoas, surpreendendo esse imenso laboratório, e aí me avisaram. Mas, em via de regra, a autoridade titular da delegacia é cientificada das operações.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Normalmente, essas investigações tinham origem, elas se originavam de procedimentos investigatórios ou de denúncias de notícias-crimes apresentadas pelos detentores dos direitos autorais?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Nós temos diversas origens. Nós temos investigação própria, da delegacia; nós temos... o inusitado, inesperado resultado do disque-denúncia, o que eu não acreditava. Eu não acreditava no disque-denúncia. Por incrível que pareça, Deputado, nós temos um resultado expressivo do disque-denúncia. Nós recebemos em média de 2 a 3 ou 4 comunicações diariamente sobre laboratórios, sobre venda de CDs, sobre locais de distribuição. Por incrível que pareça, tem dado muito bom resultado. E também tínhamos os serviços de informações de algumas empresas que tinham o seu corpo de investigação e que nos informavam, ou por escrito, ou por representação, ou até pessoalmente, as investigações que eles conseguiam levantar e nos passar.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Desde quando a empresa Fleury Consultoria presta serviços a entidades ou empresas que se declaram vítimas da pirataria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, eu só queria, com autorização de V.Sa... Eu sempre tive uma atividade empresarial na minha vida, porque eu sou pai de 3 filhos, nós temos sempre a necessidade de dar um bem estar para a família, e o salário da Polícia — não sei se o senhor sabe quanto ganha um policial...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Perdão, quanto é o seu salário de delegado?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu, com 30 anos de polícia, Polícia Civil, delegado de primeira classe, em fim de carreira, com a sexta parte, eu recebo líquido 2.200 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - E bruto?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bruto, 5 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Quanto?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Cinco mil. Eu pago pensão, tenho descontos e tudo mais. Então, eu recebo líquido. Então, como todos nós, todos nós aqui presentes, procuramos desenvolver uma atividade lícita para que tenhamos um mínimo de sustento e dignidade na criação dos filhos. Então, eu tive a sorte e o orgulho de ser filho do delegado Fleury, Sérgio Paranhas, Sérgio Fernando Paranhas Fleury, que acho que todos já conhecem aqui a história do Brasil, com muito orgulho. E eu só trago o nome do meu pai, trago o nome dele com muito orgulho, volto a falar. E eu sempre adotei o nome dele como a minha... A venda do



trabalho da empresa familiar para que eu conseguisse completar a minha renda como sócio cotista, como eu fui, de empresa de segurança, patrimonial... Eu tive outras atividades. Eu sempre tive atividades legais em meu nome, com endereço certo, nunca usei de laranjas. Inclusive, os senhores devem ter o meu Imposto de Renda, e todas as minhas empresas são declaradas no Imposto de Renda. Então, eu venho da área de segurança patrimonial. Tive uma empresa. Fui sócio cotista de, acho, 6 empresas na área de segurança, na área de transportes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Quantas empresas?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Seis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Seis?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É. Eu tinha empresa de... É que nós tínhamos um núcleo de empresas de segurança, então... Deputado, eu tinha que sobreviver. Então, eu tinha empresa de segurança, tinha empresa de *courrier*, empresa de assessoria, empresa de tecnologia... Tudo ligado à área de segurança.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Quais estão ativas neste instante?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Hoje, somente uma. Eu vendi...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Uma só?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Uma só.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A de consultoria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É. Uma empresa sempre de cunho familiar.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Que tipo de serviços era prestado?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, a empresa existe há 6 anos. A empresa tem de 6 para 7 anos. É uma empresa dedicada à assessoria na parte de informações. Seis anos. Eu tenho inúmeros serviços, uma gama de trabalhos na área de informações, na área de levantamentos, investigações sociais, análise de segurança patrimonial, enfim, nós temos uma infinidade de trabalhos que eu realizo aí. Teve uma época em que trabalhávamos com detecção de fraude. Então, nós temos uma atividade que é a área que eu conheço. Eu só conheço isso. Eu não sei fazer outra coisa a não ser mexer com a área de informações, investigação, segurança. Minha formação é policial. Então, eu sempre desenvolvi uma atividade legal, sem interferir na minha função policial. Embora o período em que eu fiquei à frente de algumas empresas, como sócio, eu estava encostado na Polícia, estava jogado no plantão. Eu tinha um plantão por semana, então eu me dedicava à família e a cuidar dessas atividades empresariais de origem familiar, explorando sempre o nome do meu pai, que acho foi um nome que marcou muito. O nome dele é um nome realmente que carrego com muito orgulho. Embora ele tenha sido acusado aí de muitas coisas, nunca por corrupção, nunca. Essa é a honra que eu carrego e demonstro aqui a minha condição de presença aqui. Gostaria muito de ter vindo aqui na CPI... Quando eu vi a CPI, fiquei muito contente. Vários companheiros meus de combate vieram depor aqui como convidados para acrescentar ao trabalho da CPI. Então, eu gostaria muito de ter vindo nessa situação. Infelizmente, no nosso trabalho sério e rigoroso, com grandes resultados, nós tivemos muitos inimigos, muitas adversidades junto ao crime organizado. Então, na condição que estou aqui, gostaria de estar colaborando com os senhores,



trazendo mapas, estatísticas, locais, nomes, tudo que conhecemos, a favor do combate eficaz à pirataria. Essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Só um minuto. Eu pediria ao Delegado Fleury que fosse objetivo e deixasse de lado discussões de ordem ideológica do papel e da figura do seu pai. Não quero discutir isso aqui, não é ele que está em julgamento, porque, mesmo que fosse, a discussão seria prolongada. Então, eu peço que o senhor se atenha ao objetivo da CPI.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Delegado Fleury, de forma prática, voltando à minha pergunta, gostaria que o senhor respondesse de forma objetiva há quanto tempo a sua empresa Fleury Consultoria presta serviços a algumas entidades de combate ou a empresas que se declaram prejudicadas pela pirataria.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Questão de ordem, Sr. Presidente. No plenário da Câmara dos Deputados, apenas aqueles legalmente convidados ou intimados e os Deputados podem usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O senhor só pode usar a palavra... O senhor pode aconselhar o Delegado Fleury, não há nenhum problema. O senhor pode aconselhar o Delegado Fleury. Se ele não quiser responder à pergunta, se ele acha que se incrimina com a pergunta, a Constituição dá o direito a ele — não é verdade? — de se silenciar. Nós compreendemos, mas o senhor tem que aconselhar diretamente ao Delegado.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência....

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Pois não, Delegado.



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Posso responder? O senhor perguntou o tempo que a empresa... Voltando, eu sou sócio cotista, essa empresa é de cunho familiar e eu estimo que, pelo que eu tenho conhecimento, que há cerca de 2 anos, 2 anos e meio, ela fez alguns trabalhos aí nessa área.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor realizava apreensões também para essas empresas utilizando a estrutura da Delegacia de Pirataria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor, não, de forma alguma.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor poderia dizer quem são os clientes da empresa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não. Posso me lembrar de alguns deles, sim. Posso lembrar de alguns advogados especialistas em propriedade industrial, advogados que trabalham com diversas marcas, algumas empresas ligadas à confecção, algumas empresas nessa área.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Qual o seu relacionamento com a Sra. Dalila Jussara da Silva Cabral?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Minha esposa.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Consta do ato constitutivo da Fleury Consultoria que o senhor possui 99% das cotas sociais e a Sra. Dalila, 1%. A declaração, veiculada nos meios de comunicação e atribuídas ao seu advogado, dá ciência de que o senhor não participava da administração e tampouco tomava decisões ou firmava documentos no âmbito administrativo daquela sociedade. Qual é o papel da Sra. Dalila, que exerce os mesmos poderes de gerência da sociedade, já que o senhor possui 99%, ao passo que a ela resta 1%?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, nós... Eu tive... Vou tentar ser objetivo, Deputado, eu já percebi a sua...(risos.) Nós tivemos sérios... A minha mulher, porque ela ficou grávida, perdeu o bebê. Ela ficou grávida depois de gêmeos, nasceram, felizmente, têm 3 anos hoje. Então, nestes últimos 5 anos em que ela ficou com esses problemas, nós tivemos um gerente contratado e ele é que tomava a frente da empresa, ele é que administrava a empresa e tinha todos os atos de gerência, assinava pela empresa, decidia pela empresa, contratava...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Nos termos da cláusula dos atos constitutivos? Dá a impressão de que poderia haver a indicação de um procurador.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu não tenho certeza da... Eu não me recordo, mas era um gerente contratado da empresa, pela impossibilidade de a minha esposa, devido a esses problemas de ordem médica...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor poderia identificá-lo?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Minha mulher ficou grávida em...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Não os problemas, o gerente.  
(Risos.)

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Desculpe-me, entendi errado. É que ela teve uma gravidez complicada. O nome do gerente, que o senhor quer? Teófilo... Oliveira — desculpe-me, deu um branco aqui. Teófilo Oliveira.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Há previsão... Acredito que esta pergunta o senhor já nos tenha respondido: a Fleury Consultoria prevê, na sua cláusula, a possibilidade de integrar o quadro social de outras empresas na qualidade de sócia cotista, o senhor disse que só possui ela como empresa, eu,



apenas, a título de confirmação, consulto-o se a Fleury Consultoria é proprietária de cotas em outras empresas.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Desculpe se...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A Fleury Consultoria tem participação em outras sociedades?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A empresa Fleury Consultoria emprega ou contrata, neste presente momento ou em qualquer momento, desde a sua constituição, como mão de obra terceirizada ou a título de prestação de serviço, policiais civis ou militares?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Havia preferência para realizar busca e apreensão de mercadorias falsificadas de marcas pertencentes a empresas clientes?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, de forma alguma. Nossa rotina é totalmente independente. A delegacia tinha uma vida, uma rotina, com seus objetivos. Só voltando a frisar que uma grande parte das operações era realizada, era planejada por um colegiado de autoridades. Não tinha a mínima condição, a delegacia tinha a rotina dela. Então, o senhor veja o seguinte: nós fazíamos operações com a Polícia Federal, por exemplo, como fizemos várias; com o Ministério Público. Então, as decisões todas eram divididas, viu, Excelência; as decisões de alvo, de sigilo, de local eram todas decididas em conjunto. Volto a falar que aquele nosso grande vínculo, que o Secretário conhece muito bem, que é o



sigilo do planejamento da operação, é muito importante. Então, não existia nenhuma ligação, não.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Consta, veiculado pela imprensa e também em alguns autos do processo, que algumas mercadorias contrafeitas foram resgatadas de um depósito mantido pela Fleury Consultoria. Como essas mercadorias lá foram chegar?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, o senhor falou muito bem. Isso foi veiculado pela imprensa. Isso não condiz com a verdade, de forma alguma. Se o senhor... eu não sei se tenho aqui condição de fornecer o auto de exibição e apreensão, bem como o protesto da juntada dos documentos em que... a apreensão, é só um veículo que publica que a gente teve, por algum momento, apreensões na dependência da empresa Fleury Consultoria. Essas apreensões ocorreram em um depósito num prédio, no mesmo prédio, num depósito, em outro andar, de uma empresa chamada Master. E ela já apresentou... inclusive, o auto de apreensão foi feito em nome da Master. Não tem nada a ver com a nossa empresa. Isso foi a imprensa que colocou.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A Master é ligada a alguma entidade, a alguma empresa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - A Master é uma empresa de assessoria de informações, de investigação.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Mas ela presta... É do seu conhecimento que ela presta serviço a alguma entidade de combate à pirataria, a alguma empresa?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, sim, combate... Ela tem diversos clientes que ela...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor sabe quem são os proprietários?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Olha, eu conheço o prenome. Eu posso fornecer para os senhores futuramente. Eu só sei o prenome do dono. Então, só voltando a falar, é muito importante esta oportunidade que eu tenho aqui de ressaltar que nada foi apreendido nas dependências da Empresa Fleury Consultoria. O auto de apreensão, tudo que está na Corregedoria está dentro do inquérito policial, apurando. Tudo foi apreendido dentro do depósito da empresa Master, sendo que a empresa Master, eu tenho conhecimento, já apresentou à Corregedoria todos os autos de depósito correspondentes a essa mercadoria. Essa mercadoria é legal, essa mercadoria está apreendida legalmente pela delegacia e depositada legalmente para a Master, a qual representa aquelas empresas.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O senhor, uma vez que atribui esses fatos a notícias que não condizem com a verdade veiculadas pela imprensa, o senhor tomou alguma providência, processou o meio de comunicação?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa... Estamos providenciando, estamos providenciando, porque eu me sinto bastante atacado pelas distorções que a imprensa está divulgando. Inclusive, os senhores vão ler no jornal de hoje... Mas, Deputado Medeiros, V.Exa... Os jornais de São Paulo hoje queriam me colocar contra esta... contra a CPI, que eu não viria aqui. Eu venho com o maior prazer na hora que os senhores quiserem, me convidarem, me solicitarem. De forma alguma pensei, em momento algum, em não vir aqui falar a verdade aqui



para os senhores, de jeito nenhum. Eu só solicitei, com todo o respeito, através do meu advogado, um prazo para que eu pudesse apresentar os documentos necessários que os senhores solicitaram. De forma alguma nós pensamos em não vir aqui. O jornal de hoje... Se eu puder exibir o jornal, eu até exibo para o senhor o jornal que fala que eu não viria à CPI. Então, eu vou dizer para o senhor que a imprensa existe, entendeu, devido ao nosso... nosso rigor na nossa ação policial ou algo mais que eu desconheço ainda, entendeu, existem aí notícias totalmente inverídicas veiculadas aí.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - O nome do senhor esteve envolvido também num outro fato, esse sim constante de autos judiciais, inclusive assinados pela Juíza Corregedora, que o senhor havia presenteado 4 de suas assistentes com bolsas falsificadas de uma marca francesa. O senhor confirma esses... que presenteou a essas... essas senhoras com esse... com essa bolsa ou não?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Vou... Primeiro eu vou explicar aos senhores, não é, que nós... Eu até trouxe um documento aqui da Dona Solange Maria Diniz, que depôs na Corregedoria... A Solange é escrevente do Fórum, do DIPO. Ela é que recebeu a bolsa e ela confirma que ela não recebeu da minha mão a bolsa, ela não recebeu da minha mão a bolsa. Embora seja um fato tão pequeno, a gente, com tanto tempo de polícia, com tanto... é... atividades e serviços, os senhores igualmente, um fato tão pequeno possa causar aí uma repercussão inacreditável na imprensa. Só para... para historiar aos senhores, essas bolsas mencionadas foram bolsas dadas como peças de mostruário para a delegacia. O



próprio advogado da Louis Vuitton já depôs, já confirmou que isso aí são peças de mostruário...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Elas eram peças verdadeiras?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, eram peças falsas que ele adquiriu no mercado e mandou para a delegacia para que...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A título de mostruário.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Mostruário.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - E elas foram parar com as atendestes do Fórum.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor, não, senhor, não, senhor, não, senhor. Eu vou explicar para o senhor. Então, foram-nos dadas algumas, muito mais de 4 bolsas, porque a gente manipulava, usava, comparava e tudo o mais, modelo, modelo para investigação. Eu, em contato com o advogado, no fim do ano, dezembro de 2002, eu perguntei ao advogado se... se havia interesse naquelas bolsas que estavam na delegacia, nos armários. Falou: "Pode..." Posso dar um fim nela?" "Pode dar um fim." Eu dei para uma pessoa para a pessoa destruir e ele levou para o DIPO e acabou presenteando as bolsas. Os senhores podem... é... pensar algo dessa versão. E está aqui: foi ouvida a Solange e ela confirmou que ela recebeu essa bolsa de uma pessoa que nem policial é na... lá dentro do fórum. Ela recebeu as quatro bolsas e guardou as bolsas que essa pessoa, que já foi ouvida, confirmou, e ela não teve como negar a verdade dos fatos. Não existe nenhum tipo de desvio. Tudo isso também é alvo de notícias na imprensa deturpadas e aumentadas, que ainda vamos, talvez, saber o porquê disso. O advogado Garé foi ouvido também na Corregedoria. Aqui ele fala que ele autorizou a destruição dessas



peças, que não estavam acostadas a inquérito, não acompanhavam representações, não faziam parte de nenhum procedimento policial. Essas bolsas eram apenas mostruário, apenas para os policiais manipularem, manusearem e compararem com o padrão de apreensão. Então, está aqui a Solange confirmando que ela recebeu as bolsas. O Garé, que é o advogado da Louis Vuitton no Brasil, confirma que essas peças eram de mostruário.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Eu gostaria, Presidente, de... darei por encerradas as minhas perguntas, mas antes gostaria de ler um trecho do depoimento da Sra. Solange Maria Diniz: “Que a declarante informa também que o delegado de polícia, Dr. Paulo Sérgio Fleury, esteve no gabinete da Sra. Juíza Corregedora do DIPO e, em conversa com a declarante, informou a esta que iria fazer chegar àquele gabinete algumas bolsas para que as mesmas fossem entregues às funcionárias do gabinete, dizendo que a razão de tal encaminhamento seria em função do bom atendimento dispensado pelas funcionárias daquele gabinete à referida autoridade policial. A declarante disse ao delegado que não era de praxe receber presentes naquela autoridade judicial e que, mesmo assim, o Dr. Fleury comentou com a declarante que a razão do oferecimento dos presentes era porque sempre que representava solicitando mandados de buscas eram os mesmos rapidamente confeccionados, muito embora fossem mais complicados, ou seja, face ainda à diversidade de assuntos e ao grande número de representações daqueles pedidos. Foi a funcionária do DIPO que recebeu das mãos do delegado de polícia, Dr. Paulo Sérgio Fleury, um invólucro plástico de cor preta contendo no seu interior 4 bolsas.” Era o trecho, Sr. Presidente, que gostaria de ler do depoimento da Sra. Solange Diniz. E dou por encerrada esta participação inicial.



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Posso falar? Só queria esclarecer a V.Exa. que esse depoimento, possivelmente, não é o mesmo que eu tenho aqui. O meu deve ser posterior ao do senhor.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Posso ler a origem do documento: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Corregedoria Geral da Polícia Civil, 2ª Delegacia de Crimes Funcionais.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É outro documento.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Eu não tenho a data constante aqui.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Aceito a juntada.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Essa aqui é do dia 3 de Julho de 2003, em que a Solange fala que essa pessoa foi quem lhe fez a entrega daquele invólucro. "Que passaram-se alguns dias e, efetivamente, o Dr. Fleury, aqui sindicado, voltou a comparecer à presença da depoente acompanhado de uma pessoa, possivelmente seu funcionário, o qual mantinha em suas mãos um saco plástico de cor preta, o qual continha quatro bolsas, que essa pessoa lhe fez a entrega daquele invólucro." Queria juntar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O.k. obrigado. Passo a palavra agora ao Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Presidente, volto a insistir aqui do trabalho que está sendo feito, parabenizá-lo e parabenizar o Relator. Acho que quase que esgotou as nossas perguntas, de forma muito objetiva. Acho que isso



está nos ajudando para esclarecer. Acho que o delegado, Dr. Fleury, também absorveu muito bem o objetivo disso aqui porque realmente as denúncias que nos foram enviadas são muito graves. Elas trazem, inclusive, uma documentação muito clara de coisas, é importante realmente que conclua o processo. Mas acho que V.Exa. está entendendo e está tentando aproveitar ao máximo para poder até juntar documentos e também esclarecer algumas coisas. Há algumas coisas, Dr. Fleury, que, não sendo repetitivo, gostaria que para mim ficassem um pouco mais claras até para saber como é o dia-a-dia. O objetivo desta CPI é, sem dúvida nenhuma, esclarecer vários processos que vão aparecer no meio do caminho, mas chegar a uma coisa de saber onde o Brasil tem que acertar mais, seja nas Polícias estaduais, na nossa Polícia Federal, na comunicação, na integração, num trabalho mais conjunto ou na modernização de leis para a gente poder realmente resolver pelo menos parte desse problema que toma conta do Brasil, que é a pirataria. Dentro disso, tenho aqui algumas perguntas importantes que gostaria que fossem também... Primeiro de tudo é o seguinte: vi que V.Exa. elogiou bastante o Instituto Criminalista no papel que tem tido, principalmente, em várias coisas, mas também no nosso assunto, que é pirataria. Queria ver se... Na verdade, temos um instituto que tem sempre capacidade de poder fazer análise de definir se esse produto é pirata ou não é. Nós não estamos tendo dificuldade, na prática, de poder fazer as perícias. Esse instituto... Como estamos tendo hoje, na verdade, ou nós temos tido problemas de coisas que nos mostram que, na verdade, a gente não tem capacidade de esclarecer? Durante algumas denúncias, temos visto que as pessoas não sabem identificar se os produtos são piratas ou não. Isso atrapalha muito, depois, o ter ou não uma autorização judicial e fazer alguma coisa. Temos tido



velocidade, na medida em que aparecem as denúncias o senhor tem o material? Nós temos tido uma ligação boa, e tem permitido que a gente aja com a velocidade necessária para apreender esses produtos e fazer essas coisas no Estado de São Paulo?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa. colocou muito bem. O Instituto de Criminalística tem muita dificuldade. Para o senhor ter uma idéia, vai surgir aqui na CPI, com certeza, esse problema, porque se a empresa vítima não encaminhar um laudo técnico e um padrão original, o Instituto de Criminalística não vai para a rua procurar o produto original para comparar com aquele falso que a Polícia apreendeu. Então, o senhor está muito certo. Talvez possa ser uma correção no rumo da criminalística, mas se a Polícia ou a empresa vítima não encaminhar no padrão original e o seu laudo técnico, cada vez fica mais difícil, também porque, cada dia mais, a falsificação fica mais qualificada, fica mais difícil de identificar. Eles vão aperfeiçoando a sua técnica, a sua tecnologia, a matéria prima melhor...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Só para eu poder esclarecer então: o senhor tem tido dificuldade também quando as empresas que são prejudicadas pela pirataria de envolver um laudo com dados suficientes para que possam ser concluídas as análises? Nós temos tido essa dificuldade?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Partindo do princípio lógico de que a pirataria trata-se de um crime material, o documento importantíssimo, dos mais importantes é o laudo. O laudo vai, embora muitas empresas juntem um pré-laudo, um laudo preliminar de ordem privada por seus agentes técnicos ou até por empresas contratadas, não tem validade. Então, temos que revalidar esse laudo



com laudo oficial. Então, nós temos tido grandes dificuldades de obter esse laudo recente.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Esse laudo tem comprometido a eficácia dos resultados do trabalho da Polícia de São Paulo? A falta desses laudos...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Olha, vou ser bem sincero com V.Exa. Eu acho que tem prejudicado, mas muito mais por culpa das empresas vítimas do que próprio IC .

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Outra coisa que eu queria falar também: o senhor disse que a lei não é adequada para esses crimes ainda, que não tem penalidade ou coisa desse tipo. Na verdade, como é que se tem concluído esse processo? O senhor deu um exemplo claro para nós de uma gráfica que tinha 200 mil caixas da HP. É claro que aí teriam 200 mil vítimas ou, na verdade, grande parte das pessoas que hoje pagam caro por insumos de informática, nesse caso onde se faz pirataria que tem valor. Mas o crime estava na gráfica ou estava em quem botou o pedido para a gráfica? Qual foi o procedimento da polícia em realmente apurar, fazer um rastreamento e saber onde é que estava, na verdade, aquela pessoa que tinha o que embalar para poder vender? Como é que tem sido o comportamento? Até onde foi possível, nesse caso, chegar, por favor?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Muito interessante a colocação porque, justamente, a defesa do dono da gráfica é essa que o senhor falou. Eu recebi um pedido e acabei fazendo, mas como ele.... obviamente, qualquer dono de gráfica sabe da clandestinidade do pedido, até pelo custo, pelo contato da pessoa. Então, os dois são culpados, quem pediu e a gráfica que fez e não exigiu a autorização...



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E, nesse caso dessa gráfica, qual foi o andamento do processo, houve inquérito, houve pesquisa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, essa gráfica foi autuada em flagrante, o dono da gráfica, se não me engano, era um advogado, que foi autuado em flagrante por um crime... foi feito um TC nele, um TC. Ele foi afiançado e está correndo e espero que seja...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas a gente aproveitou dessa coisa para poder chegar às pessoas que tinham feito o pedido e esclarecer onde é que estava realmente a origem desse crime, que era quem queria embalar 200 mil caixas e colocar no mercado ou paramos as nossas investigações nas gráficas?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Excelência, eu acredito que chegamos. Não tenho muita certeza, não, porque já faz quase um ano. Mas acredito que nós tínhamos documentos como recibos ou cartão da pessoa que encomendou. Acredito que ele foi identificado, sim.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Outra coisa: em relação, agora, ao trabalho da sua empresa. Acho, primeiro, que a Polícia ou várias coisas não proíbem as pessoas de terem uma outra empresa. É claro. Isso várias empresas de segurança, nós sabemos, na própria polícia de São Paulo, e acho que no resto do Brasil, estamos tentando fazer como permitir ou não que um militar ou um policial da civil possa ter um outro emprego, com a sua experiência. Claro que quem é um bom policial não vai entender tanto... se bem que temos muitos bons policiais que entendem de informática, mas normalmente entendem de combate ao crime. Agora, minha pergunta é bem objetiva: o senhor disse que trabalhava com 6 empresas. Isso não lhe comprometia o seu tempo de dedicação à polícia? Isso permitia que o



senhor cumprisse, exercesse integralmente a responsabilidade que era devida na Polícia Civil?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu não tinha nenhuma atividade gerencial na empresa. Eu era sócio cotista. A gente sempre procurou ter ou um sócio gerente ou um gerente contratado. Coincidentemente, nessa ocasião, que foi dos anos 90 ao ano de 96 ou 97, eu estava, embora de segunda classe, estava lotado num plantão, o plantão do 11º Distrito Policial, Santo Amaro —, em que trabalhava um dia de dia, no dia seguinte à noite e 3 dias de folga. É um plantão de 5 equipes. Então, eu tinha uma disponibilidade muito grande porque eu não fazia investigação, fazia só plantão.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não consta desse processo nada referente àquele período, apenas a essa empresa, que depois houve a ligação com as coisas nesse processo da Corregedoria e essas coisas, não tem nada a ver com essas 6 empresas que V.Exa. tinha, quanto mais com essa última que nós temos. Então, também é importante para a gente esclarecer, para não ficar a impressão do período todo. A minha pergunta é objetiva porque também não queremos prejudicá-lo. Bem, tratando então dessa última empresa em que V.Exa. está trabalhando, foi feita uma pergunta que talvez seja a mais delicada e que é muito importante para que a gente possa realmente esclarecer. Aí, nesse período, V.Exa. exercia aqui um trabalho específico de combate à pirataria, essas coisas, com grande conhecimento. Primeiro quero dizer claramente aqui que conheço a sua história, sou de Santo Amaro também, não quero aqui fazer... não cabe, até, o elogio ou não, mas sei também do trabalho que o senhor tem prestado à polícia, não há nada disso. Mas apenas quero me ater aqui às discussões que estão acontecendo neste momento.



Sei também que nesse período V.Exa. ocupava um cargo disso, mesmo que tivesse trazido na sua história um período de experiência, tal, da investigação. Mas como é que essas empresas... o senhor disse que ele... foi feita uma pergunta muito objetiva se o senhor poderia citar alguns dos seus clientes. Eu sei que aqui tem também um problema de sigilo e eu não gostaria de entrar nesse detalhe, mas acho que é muito importante a gente realmente saber, para poder esclarecer, se essas empresas que V.Exa. presta esse tipo de serviço, mesmo tendo defendido aqui que não está ligado à Polícia, se tem a ver com os problemas que nós estamos combatendo na pirataria em São Paulo ou em qualquer outro lugar deste Brasil. Então, V.Exa. tem algum problema nos inquéritos, no trâmite desse processo que a Corregedoria da Polícia fez? Ela chegou a analisar quais eram as empresas, para quem o senhor prestava serviço e se realmente havia ou não algum comprometimento com o exercício integral da sua função?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É. Neste momento está sob apuração na Corregedoria. Nós temos instaurados quatro sindicâncias e dois inquéritos policiais, os quais estão justamente examinando se houve alguma infração, algum erro da minha pessoa. E, embora a gente esteja bastante tranquilo quanto à nossa... nosso comportamento, nosso trabalho, eu me submeto à investigação da Corregedoria com o maior respeito, com a maior colaboração possível. Eu... eu... eu só ressalto que a minha... minha função era sócio cotista da empresa. Eu tinha um gerente na empresa que exercia a função de gerir aquela atividade, entendeu? Então, não sei se respondi a essa pergunta. Acho que eu não...



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Respondeu em parte. Pelo que eu estou entendendo, todos esses casos que nós estamos perguntando para o senhor aqui, que eu estou perguntando agora, há no papel da Corregedoria uma investigação em relação a todos esses clientes a que o senhor prestava serviço para saber se comprometia ou não a competência, a integridade da função que o senhor exercia naquele momento na Polícia?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Desculpe eu não responder. Existe, existe um inquérito policial instaurado a pedido do DIPO, da Juíza Corregedora, em que foi instaurada uma sindicância para averiguar a minha atividade, um inquérito e uma sindicância para averiguar a minha atividade de gerência na empresa, uma infração, art. 63, alguma coisa da legislação do funcionário público. Então, eu estou sendo investigado, está sendo apurada a minha participação...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Pela Corregedoria de São Paulo.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Pela Corregedoria de São Paulo.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Outra coisa: o senhor disse também que há um problema aí, que foi, na verdade, em relação às diligências, ao sigilo, essas coisas. Nós sabemos que isso é fundamental no combate que nós temos, essas coisas. O senhor, quando prestou esse trabalho todo, que está sendo feito aqui, durante esse processo, há alguma denúncia, alguma coisa que comprometa? O senhor afirmou categoricamente em relação ao sigilo, a essas coisas, de não ter vazado nunca nenhuma informação. Minha pergunta é a seguinte: realmente não há denúncia, mas isso realmente seria o comprometimento total do trabalho de V.Exa. e V.Exa. garante aqui claramente que nunca houve nenhum



problema de vazamento de sigilo, nada disso. Alguma das empresas que tinha contratado o senhor teve envolvida em algum trabalho da Polícia num período em que o senhor prestava consultoria? Por exemplo, essa empresa de charuto que o pessoal disse ou outra qualquer empresa chegou a ser investigada, chegou a ter algum problema com a Polícia nesse período? Seus clientes são sempre aqueles que são prejudicados pela pirataria ou são aqueles que podem estar — deixa eu fazer uma pergunta anterior — ou aqueles que podem estar envolvidos ou comprometidos com a pirataria? Segundo: se podem, algum deles chegou a estar envolvido em algum caso de inspeção da Polícia? Ou não, nesses casos eles sempre conseguiram não participar? Foi o caso do... O que nos preocupa aqui essencialmente — será a próxima pergunta — é o caso do charuto. Parece que o senhor tinha enviado uma proposta, está aqui nos autos, é público, por isso que estou fazendo essa pergunta com bastante objetividade e que parece que de todas as outras empresas envolvidas no problema de charuto foram recolhidas amostras, coisas desse tipo e essa empresa não teve. A minha pergunta é: no papel que tinha lá, além de não ter o sigilo de o senhor passar, o senhor tinha capacidade de influenciar, com certeza, aonde agir, qual seria a área de combater? Essa coisa do charuto, por exemplo, então, fez parte, foi alguma sugestão do senhor, de V.Exa. em algum processo, em algum desses trabalhos cooperado com os promotores, com as outras coisas, ou de onde veio a denúncia para a gente pegar amostras de charutos pirateados ou coisas desse tipo? E aí, mais amplo: se, independente do charuto, há outro caso que está sendo investigado e a que essa Comissão deveria estar atenta, por favor?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, V.Exa., eu queria só... só... não o corrigindo, é claro que... mas é que...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não, pode corrigir porque, às vezes, a gente está se atendo a informações. Não são acusações...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - ... nós estamos esclarecendo acusações que estão aqui. Não quer dizer que...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa. colocou como se eu tivesse alguma... alguma... alguma atuação na empresa.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não, me perdoe, eu estou dizendo...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu não participava da... efetivamente da empresa, do dia-a-dia da empresa, da gerência da empresa, mas nós, algumas empresas que tinham uma coincidência, foi feito apenas... do que eu tenho conhecimento, foram informações pré-policiais, levantamentos que qualquer empresa... Hoje tem diversas empresas em São Paulo e no Brasil que fazem esse trabalho, que é mapeamento, levantamento de locais, locais suspeitos, identificação de produtos visualmente; são todas essas funções pré-policiais. Isso tudo era feito sem qualquer tipo de ligação com a delegacia.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Agora, a delegacia podia prestar esse serviço para essas pessoas sem a sua empresa, ou seja, a sua empresa estava substituindo, em algum momento, o papel da Polícia?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, de forma alguma, de forma alguma. A Polícia, infelizmente, a gente não tem... não é a Polícia ideal que nós



todos sonhamos. Mas, embora... embora com dificuldades, a Polícia consegue fazer o seu trabalho independentemente de qualquer empresa. O senhor pode imaginar que é necessária, por exigência legal, uma representação, mas não é essencial à investigação policial uma representação. Nós temos a condição de identificar, de prender qualquer tipo de confecção fabricando calças *jeans*, por exemplo, que... que... que é o crime que exige a representação. Então, eu não tenho nenhum vínculo e a Polícia não... não... poderia até, em tese, colaborar, mas não é essencial, não.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Bem, Presidente, eu, da minha parte, gostaria apenas de fazer mais uma coisa clara em relação ao galpão. É uma dúvida muito grande que está nesta Comissão. Acho que o senhor foi bastante objetivo, mas eu gostaria de ver alguma coisa aqui. O senhor foi categórico em dizer que esse galpão em que foram apreendidos os produtos ou feitas essas coisas não tinha nenhum relacionamento com a sua empresa e que na sua empresa nunca foi apreendido nenhum produto a não ser amostras, não importa, nada que pudesse, na verdade, ligar a qualquer coisa desse tipo. O senhor confirma isso, não é isso?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – V.Exa... eu podia até um pouquinho mais responder. A atividade da Fleury Consultoria não tem nada com objetos apreendidos, ela não participa de nada, ela não poderia nunca, em nenhuma hipótese, ter alguma mercadoria. Onde estava a mercadoria era uma outra empresa, essa sim, representante legal de empresas como Maquita, Bosh, não me recordo, mas algumas empresas de surfe. Então, essa empresa Master ela tinha autorização formal, o contrato, e ela, sim, tinha a condição de manter em depósito esses objetos que foram apreendidos. Mas eu garanto ao senhor e, se o Presidente autorizar, eu



posso, assim que possível, passar aos senhores a relação do que foi apreendido e a relação dos autos de depósitos a eles correspondentes.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Gostaria de concluir esse trabalho com outra pergunta ao senhor: V.Exa. participou, está informado de alguma coisa de material que está sendo apreendido e não está sendo devidamente quantificado, identificado e armazenado de forma protegida, ou no processo, toda experiência que o senhor teve, ou está sendo encaminhado a algum depósito, ou o senhor acha que nós temos condições de estar identificando, guardando até que seja distribuído, mesmo que a lei fosse errada e nos obrigasse a guardar esses materiais — agora está sendo alterada, aí, recentemente? Mas, em São Paulo, no seu trabalho todo, há algum procedimento errado que a gente tenha que corrigir, há alguma coisa identificada de material que estava sendo desviado, material que estava sendo apreendido como material pirata? E há alguma ligação desse com a sua empresa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, eu diria que essa possibilidade é muito... impossível, inviável. Eu vou dizer ao Sr. Presidente o que representa uma operação policial de apreensão. Uma operação normal, rotineira de apreensão, vai ter, no mínimo, dez pessoas envolvidas, no mínimo, dez pessoas envolvidas.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Que tipos de pessoas e autoridades estão envolvidas?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Investigadores, escrivães, delegados de polícia e, se for o caso, representantes da vítima, que normalmente acompanham para poder identificar e separar e, eventualmente, o Ministério Público e outros órgãos. Então, o senhor vê a grande dificuldade, nós temos a dificuldade de



transporte, levamos para a delegacia, imediatamente, o mais rápido possível, aquilo lá é descarregado, é contado, é encaixotado ou ensacado e individualizado num auto de apreensão. Então, a possibilidade de se desviar é mínima, é mínima. Eu vou dizer ao Sr. Presidente: nós da delegacia, tivemos, nesse período de um ano e pouco à frente da delegacia, centenas e milhares de apreensões, centenas e milhares de objetos, todos apreendidos. As pessoas que aqui já foram ouvidas podem reforçar, porque me acompanharam em muitas delas, como o Ministério Público, como o próprio... o próprio... Eu vi até o Ramazini, esteve aqui, que é um grande pioneiro no combate à pirataria, tem o nosso respeito, nossa admiração, nosso companheiro, também, de combate? Então, vou dizer para o senhor que a possibilidade é muito pequena de desvio de qualquer policial. É muito de ... O senhor fala assim: "*Não, na rua, na rua.*" O cara vai guardar o quê: dez, vinte CDs no bolso? Quer dizer, eu acho... eu acho que hoje há dificuldade. Agora, minha sugestão, complementando a resposta para o senhor: qual que é a solução? Eu acho que tem uma solução para acabar de vez com isso e até mesmo vou dar humildemente a minha sugestão: um contato judicial com autorização imediata de destruição, destruição imediata. Constatamos...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Nós estamos discutindo. Acho que aí até a lei já foi indicada.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Estou, humildemente, sugerindo.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não estou desprezando sua sugestão, não. É que estou vendo o Presidente aqui me dar um toque para eu concluir. Eu vou tentar só, na última proposta aí...



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Então, eu me calo.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - ... mas acho que o senhor tem razão, isso nós estamos estudando. Só sendo mais objetivo em relação à história do charuto, da empresa que, na verdade, foi feita uma investigação e tudo isso. Quer dizer, primeiro: é verdade, essa proposta é uma proposta do dia-a-dia da sua empresa, o senhor confirma que realmente havia uma proposta feita para essa empresa de charuto de prestação de serviço? O senhor confirma essa proposta que faz parte dos laudos, ela existiu e é do dia-a-dia da sua empresa ou é alguma coisa diferente? Era algum serviço que não é compatível com sua função? E, segundo: o senhor tinha informação dessa proposta, e essa informação foi considerada nessa busca que foi feita nas outras casas e não foi feita, na verdade, nessa importadora de charutos?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Bom, só... só... queria só explicar a V.Exa. que esse documento juntado, isso aí é uma minuta, uma proposta, minuta de uma proposta, em que eu não tive conhecimento, não participei e ninguém recebeu essa proposta, essa minuta de proposta. Então, eu tenho certeza, eu examinei os autos, ninguém recebeu isso; isso aí, S.Exa., a Juíza, segundo consta, teria recebido isso anonimamente.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Mas essa proposta tem papel timbrado, é identificável como tendo partido da sua empresa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – O papel é da empresa, tem o nome da empresa.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – É o papel da empresa?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Mas a gente não... não existe nada de oficial, ninguém recebeu isso. Então, eu avalio como... isso, segundo o que eu conversei, é uma minuta de uma proposta futura.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Em que data foi essa minuta? O senhor lembra? Mesmo que não tenha sido do senhor, que faça parte dos autos?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Eu não lembro isso.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Foi posterior, anterior ou durante esse trabalho que estava acontecendo com as outras empresas de charuto, com esse problema nesse momento?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** – Não, eu acredito que tenha sido bem anterior.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Bem anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) – Obrigado, Dr. Julio Semeghini. Passo a palavra agora para o Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** – Sr. Presidente, Dr. Paulo Sérgio Fleury, inicialmente eu gostaria de dizer aos senhores do meu constrangimento, tendo em vista minha condição de policial também — fui policial por 30 anos, amei a instituição. Então, eu me sinto constrangido em estar interrogando, tomando depoimento de companheiros também da Polícia. Já o fizemos na parte da manhã. Lamentavelmente eu posso afirmar que o depoimento do outro companheiro policial foi desastroso, as provas circunstanciais contra ele, extremamente graves, ele foi muito mal. E agora estamos para ouvir o senhor. Creio que o constrangimento do senhor também é muito grande. O nome que o senhor carrega, como o senhor mesmo falou, a condição de um delegado famoso em São Paulo, um delegado que,



como se autodefine, foi o maior guerreador contra a pirataria, que, inclusive, influenciou na... para a criação da delegacia, que fez a maior apreensão, no maior laboratório da máfia chinesa, e o senhor deve estar, de fato, numa situação de grande constrangimento na medida em que é inquirido nesta CPI acerca de informações chegadas à própria CPI. Então, espero que o senhor se saia muito bem. Acho que o senhor já tomou, inclusive, os cuidados devidos, inclusive, trazendo um advogado que é consultado a toda hora — ele participa praticamente dos depoimentos, estamos observando isso; não tem sido comum, por sinal, essa prática aqui na CPI. O advogado se faz presente para evitar que o cliente sofra constrangimento. E no depoimento do senhor nós estamos observando que o ilustre advogado, usando das prerrogativas, está conduzindo, praticamente, o seu depoimento. Eu quero deixar isso, essa observação aqui, Sr. Presidente. Mas vamos aos fatos. O problema está aí colocado, há muitas informações na CPI que devem ser investigadas, muitas dúvidas que devem ser dirimidas. Vamos, então, às perguntas. Eu vou ser bem objetivo e peço que seja bem objetivo também para que a gente termine logo a nossa parte para que outro companheiro faça as suas perguntas. O senhor chegou a usar, em algum momento, ou usa policiais da ativa em serviços da empresa e os remunera para tal? A empresa de consultoria? Ou as empresas de consultoria que o senhor tem?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É uma empresa só, Excelência, é só uma empresa e não uso policiais.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Nunca usou, nunca remunerou policiais da ativa para isso?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor tem um investigador, tinha um investigador chamado Gigi, apelidado Gigi?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Ele recebia salário mensal ou alguma forma de remuneração de sua consultoria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor conhece um indivíduo muito famoso em São Paulo, dono de *shoppings*, chamado Lau?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Conheço de nome.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - De nome?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É conhecido, muito conhecido em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Nunca houve reunião no DEIC em que esse cidadão estivesse presente, na sala do Dr. Bittencourt? Conhece o Dr. Bittencourt?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - O Dr. Godofredo Bittencourt é nosso Diretor do DEIC. Conheço, sim; meu Diretor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor tem conhecimento de que o Dr. Bittencourt tenha promovido uma reunião em determinada ocasião em que compareceu esse Sr. Lau?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Desconheço totalmente.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Desconhece totalmente. A Companhia Paulista ainda está funcionando?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor, ela foi... ela foi... ela faliu. Eu me... eu me desliguei da empresa em 98 e ela, segundo eu soube, em 2001 ela faliu, quebrou a empresa.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor teve, em algum momento, em alguma ocasião, material apreendido, recolhido em um depósito junto ao seu escritório?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Da delegacia? Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não? Ao escritório da empresa? Junto ao escritório da empresa?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não. O que eu expliquei ao Deputado... Nós tínhamos um... nós fazíamos parte de um local, tinham duas salas em cima, embaixo havia um depósito dessa empresa Master. Ali se encontravam mercadorias depositadas, as quais foram apreendidas.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - E essa empresa Master, quer dizer, o depósito era da empresa Master?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O prédio ficava em endereço contíguo, endereço próximo ao seu escritório.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Contíguo, contíguo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Contíguo ao seu escritório?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Seu escritório particular, lógico, né? O senhor tem processos na Corregedoria? Sabe quantos? O senhor tem mais de um processo na Corregedoria de Polícia?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa. podia dizer que eu... que eu não tinha nada até o evento das bolsas

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Até o quê?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Os eventos das bolsas. Eu não tinha nada. Estou há 30 anos na Polícia e não tinha nenhum processo, nenhuma sindicância, nada.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor conhece o doleiro chamado Toninho Barcelona?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Conheci, sim senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor teve algum negócio com ele?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, o Toninho, não. Eu tinha negócio... eu apenas fui... intermediei uma venda de uma casa em 95, 96, em que ele figurou como comprador da casa e vim a encontrá-lo depois, quando eu fui delegado da DEATUR; eu fui delegado 3 anos, como chefe da delegacia da Via São Luiz, em que ele tinha a loja dele, o comércio dele, a empresa de câmbio e de viagem, era em frente à delegacia. Aí eu voltei a encontrar com o Sr. Toninho.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor teve muitos encontros com ele ou foi só naquele negócio? O senhor pode quantificar quantos encontros possivelmente o senhor teria tido com ele?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Posso quantificar: dez.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Dez para fazer um negócio?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não. Esse negócio foi uma coisa, foi como conheci ele. Depois eu não o vi mais, eu não o conhecia. Eu vim a



ter contato com essa pessoa quando eu fui delegado, em 99, da delegacia... da DEATUR, aí ele ficava em frente, nós tínhamos algum contato de ele ir à delegacia registrar ocorrência. Aí eu tive contato com ele. Antes disso, não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor não chegou a figurar como cliente do Toninho Barcelona?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Só uma pergunta, só para eu entender. O Toninho Barcelona é doleiro?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Doleiro. O doleiro Toninho Barcelona.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - E ele ia à delegacia?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Ele registrou, se não me engano, 2 boletins de ocorrência de roubo. Ele foi vítima de roubo na via pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ah, estou entendendo.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Tem o registro lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Fiquei pensando o que o Toninho, doleiro, ia fazer na delegacia; tomar um cafezinho.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Embora o doutor tenha intermediado um negócio com ele de uma... como o senhor falou, não é?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Se o senhor quiser, posso esclarecer para o senhor. Eu tinha um imóvel em Alphaville, inclusive no Imposto de Renda, declarado, e que a corretora vendeu o imóvel. E figurou, e trouxe o comprador. Assinei no dia, "Prazer!", fui embora, nunca mais eu o vi. E vim a encontrá-lo depois. Então, eu queria deixar... Talvez o senhor não tenha essa



informação, mas eu quero declinar, porque não tenho nada a esconder sobre essa pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Coronel, só deixar claro. Posso complementar?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Pois não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O senhor tinha uma casa... Por favor, por favor, por favor. Eu vou dizer aqui para o senhor. O senhor, quando quiser falar, o senhor pede pela ordem e aí eu autorizo o senhor a falar. O senhor tinha uma casa em Alphaville, é isso? E o senhor vendeu para o Toninho Barcelona?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, eu fiz uma... Na realidade, eu comprei um imóvel e não consegui pagar e a imobiliária vendeu esse imóvel. Eu só tive o ato da assinatura. É que, como consta o nome dessa pessoa no meu Imposto de Renda, inclusive, porque foi vendido para ele e tenho que declarar, então, estou acrescentando ao senhor que eu já conhecia o Toninho antes da DEATUR.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - A propósito desse imóvel, doutor, o senhor pode estimar o valor dele?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Cento e poucos mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Quanto?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Cento e poucos mil.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** Nossa informação dá conta de um valor muito maior, expressado em dólares, inclusive. Mas é uma questão para a posteridade. O senhor, enquanto esteve lá no DEIC, teve instalado, lá no DEIC, um telefone particular?



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** Um telefone de sua propriedade particular instalado num órgão da Polícia?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Nós não temos... O senhor talvez não teve a oportunidade, mas, se o senhor tentar ligar para a Polícia, devido aos...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Na verdade, nós achamos isso incompatível, uma situação dessa é, eu acho, até inédita e, de certo modo, isso deixa uma certa dúvida para nós, porquanto o senhor, ao mesmo tempo, tinha também empresas de consultoria. Então, isso nos dá a impressão de que esse telefone pudesse estar sendo usado, certamente, numa atividade dupla, o senhor tocando os seus negócios de dentro da Polícia. Esta é a impressão que nos fica. Não estou fazendo uma acusação. É uma impressão que fica. E o senhor, certamente, sabe dos riscos disso, na medida em que o senhor teve tantas empresas, e empresas fazendo uma atividade idêntica à da Polícia ou muito próxima à da Polícia. Então, certamente, o senhor sabia e sabe dos riscos que isso poderia trazer. Essa empresa, a Puro Cigar — ou Puro Cigarro, não sei o nome — de Habana, ela é importadora de charutos cubanos. O companheiro Júlio teria feito algumas perguntas neste sentido, mas eu não sei se ele completou. O senhor chegou a fazer algum contrato com eles para que a Polícia fizesse apreensões... para que a sua empresa fizesse apreensões, investigações e encaminhasse para a delegacia de pirataria? O senhor chegou a fazer algum contrato com ele...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - ... com essa empresa? Alguma empresa sua chegou a firmar algum contrato? O senhor tem conhecimento?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - O que eu falei para o Deputado é que tive conhecimento pela imprensa, e foi amplamente divulgado em São Paulo, que o documento que existe é uma minuta de proposta.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Uma minuta de proposta? Não chegou a ser assinada, mas foi feita uma minuta de proposta. E essa minuta foi elaborada no seu escritório?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não sei informar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Quem elaborou essa minuta de proposta?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não sei informar ao senhor, não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Mas o senhor teve conhecimento?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu desconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pois não, pela ordem, por favor. O advogado, pela ordem, quer falar. Pois não.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, se me permite, quero encerrar a minha inquirição no momento, deixando claro para o ilustre delegado, Dr. Paulo Sérgio Fleury, que essa investigação está apenas no começo. Eu creio que o senhor não está muito seguro, o senhor não vem para esta Comissão muito seguro, tanto é que traz um advogado, numa fase ainda inicial desta CPI, sendo o senhor também formado em Direito. O senhor é um bacharel em Direito, delegado



experiente e, embora o senhor tenha usado o seu direito, as suas prerrogativas trazendo um advogado, o senhor não revelou para nós a segurança devida neste primeiro momento. As intervenções, as consultas permanentes do advogado nos deixam com a impressão de que o senhor não está seguro. Eu prefiro, Sr. Presidente, encerrar as minhas perguntas por enquanto e dizer ao senhor que nós vamos nos aprofundar nas investigações para que possamos, numa próxima oportunidade, a requerimento que iremos fazer, ouvi-lo novamente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Josias Quintal. Pois não.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu poderia só responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pode, claro.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu o respeito muito. O senhor me desculpe se, de alguma forma, a gente contrariou o caminho da CPI. Estou à disposição do senhor. Eu quero que o senhor entenda a presença do advogado. Eu estou sendo alvo de muitas informações com que a gente não concorda, inverídicas, na imprensa. Então, eu, receoso... Estou sendo apurado, tenho 5 apurações contra mim, então, quero que o senhor entenda o porquê do advogado aqui, só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Josias Quintal. Passo a palavra agora para o Deputado Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Júlio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores membros desta audiência, prezado Dr. Paulo Sérgio Fleury, agradeço-lhe pela forma cordata e educada com que o senhor está comparecendo a esta audiência, mas gostaria também de prosseguir com relação às informações que



nós temos. A primeira pergunta que eu gostaria de lhe fazer era se o senhor, sendo titular da Delegacia de Combate à Pirataria, o senhor julga ético ou um procedimento ético o senhor ter uma firma com os mesmos propósitos, atuando na mesma jurisdição, na mesma área de atuação.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu vou responder a V.Exa. Essa minha atividade, essa empresa da qual eu sou sócio cotista, ela tinha diversas atividades; ela existe há quase 8 anos, 7 anos, se não me engano. Então, nós temos uma gama muito grande de serviços prestados a outros segmentos dos empresários, empresas, enfim, outras atividades como investigação de fraudes, investigação de cunho de informações cadastrais, quer dizer, então, a gente... Só para esclarecer, nós temos diversas atividades. E recentemente nós tivemos alguma atividade nessa área pré-policia.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - O senhor tem conhecimento de que foi encontrado no seu escritório, no dia 19 de fevereiro, um contrato assinado, uma proposta com a Puro Cigar de Habana, que especifica as funções da ação da sua empresa como encaminhamento de investigações junto à Delegacia de Antipirataria?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Então, o que eu respondi ao outro Deputado, o nobre Deputado Secretário é que eu não tinha conhecimento. Isso se trata de uma minuta de proposta.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Foi feita a sua revelia e sem seu conhecimento?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - No caso, doutor, a que razão o senhor atribui o Jornal *Folha de S. Paulo*, sistematicamente ter levantado essa questão de o senhor cobrar por *blitz* para empresas exatamente para fazer aquilo que o senhor deveria fazer enquanto policial?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa. está sendo... Eu tenho 5 procedimentos na Corregedoria para apurar a minha participação irregular. Se houver irregularidade, eu serei punido e aceitarei. Agora, eu não posso considerar a imprensa, principalmente esse meio de comunicação que sistematicamente divulga a minha fotografia e inverdades a meu respeito. Eu não dou entrevista e, então, eu até fico aí espantado, às vezes, com o que sai nesse jornal, Deputado, porque é uma inversão total da verdade.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas o que eu gostaria que o senhor dissesse... Quer dizer, a que razão o senhor atribui isso? Ou o senhor não atribui a razão alguma? O senhor julga que isso seja um mero acaso, é um incidente, é um acidente, é uma coisa pessoal? Enfim, por que razão isso acontece de forma repetida com o senhor?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Bom, eu vou dizer aos membros aqui que eu tenho certeza de que se trata de um método usado no mundo inteiro pela máfia, enfim: ou mata ou denegri ou queima. Então, o que está sendo feito pelo crime organizado, pelas pessoas que há interesse no meu afastamento da delegacia é o que nós estamos acompanhando pela imprensa. Podem ter certeza disso, que se trata de uma campanha orquestrada, organizada para afastar e para me afastar totalmente desse combate à pirataria.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Agradeço-lhe pela resposta. O senhor tem conhecimento de que nos documentos do doleiro conhecido como Toninho Barcelona aparece o nome de um senhor denominado Dr. Fleury várias vezes, no cadastro dele como cliente?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu li. Eu sei pela imprensa. Eu sei pela imprensa. Não tenho nada... Não tenho conhecimento oficial. Não tenho conhecimento não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Nós temos a informação de que constam nos documentos apreendidos com o Toninho várias citações dele, na movimentação de seus registros diários, de uma pessoa cujo nome é Dr. Fleury. Isso, enfim, é um dado que nós temos. Com relação ao imóvel que o senhor diz ter vendido, quer dizer, a informação que nós temos é de que esse imóvel teria sido vendido pelo valor de 450 mil dólares. O senhor tem alguma...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu estou até surpreso com o valor. Esse imóvel... Eu posso, qualquer dia, juntar aí a cópia, se eu tiver essa oportunidade. Eu fui — não sei o termo que se usa — promitente, eu fui apenas o intermediário do imóvel.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pois não, Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Esse imóvel foi pergunta de vários Deputados, se me permite o nobre Deputado Júlio. Eu não entendi. Primeiro, eu tinha entendido que V.Exa. tinha vendido um imóvel, através de uma corretora, que



tinha sido comprado por esse Toninho. É isso mesmo? Na verdade, o senhor possuía um imóvel e o imóvel foi vendido. Esse fato, pelo que estou entendendo, faz parte da sua declaração de Imposto de Renda.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E há a imobiliária, de fato, que existe, que foi a interlocutora desse processo como um todo. É isso?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Se o senhor quiser eu posso explicar.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Pois não.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Posso explicar? Eu adquiri um imóvel em Alphaville no período de 20 parcelas ou 25 parcelas, não me recordo. E na segunda parcela eu não tinha como pagar, eu não tinha condições e vendi esse negócio, eu vendi, passei esse imóvel para uma corretora para vender e transferir a dívida, porque eu não tinha feito a programação, não deu certo e acabei não tendo como pagar esse imóvel. E essa imobiliária — não me lembro o nome dela — trouxe um comprador. Eu transferi esse imóvel, fui promitente — não lembro o termo usado quando você transfere uma dívida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Quando o comprador chegou à sua frente o senhor reconheceu que era o Toninho Barcelona?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, isso foi em 96, 97, eu nunca o tinha visto. Eu só vim a saber quem era, que ele era... a sua atividade bem depois. Eu o conheci ali naqueles minutos ali só e não sabia qual era a atividade dele, não.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Eu gostaria de voltar à questão do Puro Cigar lá, que o senhor diz que não tinha conhecimento da proposta que se referia a uma ação muito próxima da sua ação enquanto policial. Mas o senhor tem conhecimento de que existe um inquérito civil contra o senhor por ter apreendido cigarros e charutos de uma outra empresa e que, inclusive, o senhor teria contrariado uma determinação de devolução dos materiais apreendidos? Essa empresa tem como nome Tabacaria Lee, Cubalases do Brasil. O senhor tem conhecimento desse inquérito?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Contra mim, inquérito civil, você falou?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - É exato, o Inquérito nº 12, de 2003.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Tenho uma cópia dele aqui.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Me permite um aparte, Deputado Júlio?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Pois não, Relator.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Delegado Fleury, houve também veiculação por parte da imprensa, nesse mesmo caso, que o senhor havia feito *blitze* em 8 tabacarias da cidade de São Paulo. A minha pergunta é se o senhor confirma que essas *blitze* foram realizadas e o motivo por que elas foram realizadas.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Nós recebemos uma representação à delegacia a respeito desses locais onde existia o comércio ilegal de charutos ou contrabandeados, contrafeitos. Solicitei ao DIPO mandado de busca e apreensão. Eu submeti... É bem claro, viu, Sr. Presidente, que a nossa ação foi



autorizada pelo Poder Judiciário. Eu pedi o mandado de busca. O DIPO me autorizou a cumprir o mandado de busca. A diligência só foi feita porque o DIPO autorizou, porque eu não poderia fazer...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Com ordem judicial?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor. Nós tivemos a autorização de 6 mandados de busca emitidos pela Dra. Ivana, Juíza Corregedora, que nos autorizou, porque eram estabelecimentos comerciais. Entramos em depósitos. Entramos em um depósito clandestino que eles tinham. Então, nós só fizemos a diligência com ordem judicial, senão não ia ser feita.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Relator, por favor, eu só queria um dado aqui que é importante.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, o senhor, para que se registre nas notas taquigráficas, o senhor desconhece o inquérito civil público de São Paulo do Promotor da... 4º Promotor de Cidadania da Cidade de São Paulo, Wallace Paiva Martins Júnior?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu não fui comunicado nem certificado do inquérito.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, para o seu conhecimento, doutor, o senhor está sendo, enfim, tem um inquérito contra o senhor que diz que o senhor conduziu uma ação policial e apreendeu charutos cubanos, que tinha uma ordem judicial liberando esses charutos e que mesmo assim o senhor apreendeu esses charutos que pertencem à empresa Tabacaria Lee, da Cubalse do Brasil, do seu conhecimento, do conhecimento dos demais membros desta audiência.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Eu queria, só para esgotar o tema, Sr. Fleury, saber se quem apresentou a notícia-crime pedindo a apreensão dos charutos foi a Puro Cigar de Habana, que diz ser representante, no Brasil, da Habanos S/A, a estatal cubana que tem o monopólio da produção do charuto cubano. Então, se a autora da notícia-crime era a Puro Cigar de Habana, a mesma que foi encontrado uma minuta de contrato no seu escritório. Muito obrigado, Deputado Júlio pelo aparte.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Obrigado, Relator. Então, no mínimo, o senhor há de convir que há uma enorme coincidência de fatos. Há uma proposta no seu escritório, que o senhor desconhece, deve ter sido feita sem o seu conhecimento, com a Puro Cigar de Habana, que, ao mesmo tempo, faz uma denúncia e, mediante essa denúncia, uma autoridade judicial expede uma ordem de busca e apreensão e o senhor faz busca apreensão em 8 tabacarias diferentes, sendo uma delas essa Tabacaria Lee, Cubalse do Brasil.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - A Tabacaria Lee não foi feita. Deve ter tido um engano.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - É falsa a informação do Promotor, então?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, possivelmente ele se enganou quanto ao nome da tabacaria. A tabacaria... deve ser outro nome, porque essa tabacaria eu conheço. Ela tem ali, acho que no Shopping Norte, e essa não foi alvo de mandado de busca, não. Mas eu desconheço essa tabacaria. Mas que houve mandado de busca, houve, autorização judicial...



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - O senhor fez 8 mandados de busca e apreensão por determinação e pedido da Puro de Habana, que tinha no seu escritório uma proposta e apenas é uma coincidência, segundo o que nós estamos vendo aqui?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - V.Exa., eu tive a cautela e o cuidado de solicitar uma ordem judicial ao DIPO, à Dra. Ivana, a qual autorizou a minha diligência. É o que eu falei para os senhores, a nossa ação é muito limitada. Ela sempre depende de outro órgão. Nesse caso, do Poder Judiciário. Então, nós fomos com uma ordem legal do Juiz.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. O senhor tem conhecimento de que, mesmo o senhor dizendo que é mero acionista da empresa, nós temos vários e vários atos de administração, característicos de administração da empresa feitos pelo senhor, de próprio punho? Inúmeros atos de administração?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu tenho conhecimento, inclusive isso é fato apurado pela Corregedoria da Polícia de São Paulo. Eu estou respondendo a um inquérito e a uma sindicância para apurar a minha participação irregular, se for o caso, nessa atividade.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, o senhor reconhece que pelo menos isso é uma irregularidade grave, porque o senhor, como sócio, que não poderia jamais, exercendo a função pública, ser sócio gerente da companhia, de fato, na administração, no dia-a-dia, o senhor exercia essas funções, segundo os documentos apresentados aqui?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, eu não concordo com isso. Eu não exercia a função de gerência. Se...



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Só um minuto, apenas no rigor dos fatos, os atos que V.Sa. exerceu dizem respeito a atos de ordem administrativa gerencial, que são características próprias e precípuas do gerente ou do sócio-gerente da empresa. O senhor praticou esses atos inúmeras vezes. O senhor, como policial, o senhor não poderia ser o sócio-gerente dessa empresa. Pelo menos isso o senhor tem conhecimento, então?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Eu tenho conhecimento. Estou me submetendo à investigação da Corregedoria da Polícia Civil. Nós estamos sendo investigados. Se realmente isso se confirmou... Eu, esporadicamente, o senhor há de convir que uma empresa de 6, 7 anos de atividade, com centenas e centenas de documentos, eventualmente, num impedimento emergencial, posso ter assinado algum documento. E eu estou respondendo a essa...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Por vezes, dentro de um mesmo mês, o senhor praticou inúmeros atos.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não posso precisar para o senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Nós vamos depois...

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Doutor, uma questão que me parece ainda muito importante é que o senhor disse que o material apreendido não foi apreendido no seu escritório e que teria sido apreendido num escritório contíguo ao seu, de uma outra empresa, atividades muito próximas. Essa empresa não tinha nenhuma relação com a sua, não há nenhuma conexão entre a sua empresa de



investigação e essa empresa, cujo objeto e objetivo são exatamente iguais e é apenas uma coincidência o fato de ser contíguo o imóvel?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Coincidência. É uma empresa concorrente, ela tinha uma atividade semelhante à da Fleury Consultoria.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - E os senhores, como concorrentes, tinham um bom relacionamento ou não tinham relacionamento nenhum?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Relacionamento quase que nenhum. Eu vou dizer que não tinha assim nenhuma possibilidade muito maior, não, mesmo porque eu praticamente não freqüentava esse escritório. Mas essas pessoas, donos dessa empresa, eles têm essa empresa há bastante tempo. Eu posso dizer para o senhor que eles têm uma empresa de... não sei se de assessoria ou... há bastante tempo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** – Mas, apenas para me ater aos fatos, doutor, o seu advogado deu, de corpo presente, uma entrevista a uma jornalista da *Folha de S. Paulo*, no dia 11 de junho de 2003, em que declarou, segundo o jornal, que os materiais apreendidos em seu escritório estavam sob sua guarda e que seriam posteriormente queimados e/ou inutilizados, baseado em que o fundamento legal é de que o Juiz havia permitido a destruição e que o material só poderia ser destruído depois da deliberação judicial. O senhor contesta a *Folha de S. Paulo*, do dia 11 de junho de 2003? O seu advogado não deu essa entrevista?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Tu tens o nome do advogado?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não, eu tenho a data aqui, a gente pode...



**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, não, eu desconheço totalmente. Isso é... eu acho que não é correto. O advogado não pode ter falado isso aí porque é um fato absurdo, é absurdo autorização judicial para destruir.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não, o que o advogado teria dito é que o material pirata apreendido em seu escritório estava sob sua guarda e que posteriormente seria queimado e ou inutilizado.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Não, eu desconheço essa notícia, eu não tenho conhecimento de que tenha falado isso aí o advogado. Desculpe, mas eu não li isso, não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Está certo.

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - É muito estranho. V.Exa....

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não, não tem dúvida. Eu, apenas para concluir, doutor, só gostaria de, reforçando o que o nosso Relator colocou no início desta audiência, eu tenho aqui uma certidão assinada pela Dona Solange Maria Diniz em que ela certifica e dá fé pública de que o senhor teria entregue a ela, no dia 3 de dezembro do ano... que o senhor: *“Certifico que, no dia 3 de dezembro do ano em curso, o Dr. Paulo Sérgio Fleury procurou essa serventia indagando se poderia trazer presentes às funcionárias do setor devido às atenções recebidas ao longo do ano. Adiantou ainda tratar-se de bolsas falsificadas, sendo dito ao mesmo que essa praxe não é devida, não costumando dar muito certo esse tipo de procedimento. Entretanto, tratando-se de presentes, ficava a seu cargo fazê-lo. Certifico ainda que, em 5/12, o mesmo entregou nessa serventia — o mesmo, quer dizer, o senhor mesmo — entregou na serventia — lá — dois sacos plásticos contendo os objetos, aos quais só foram abertos no dia seguinte nas primeiras horas da manhã do dia*



6/12, quando essa serventia — essa Dra. Solange — comunicou à Juíza Corregedora dos fatos, que determinou exarar-se o presente inquérito. São Paulo, 6 de dezembro de 2002. Dona Solange Maria Diniz”. O senhor tem conhecimento desse documento?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Tenho conhecimento. E a gente até surpreso do rigor dessa apuração num fato aí, dentro do nosso mundo de atividades, tão pequeno. E eu vou pedir para ajuntar, se o senhor quiser. A Solange foi ouvida na Corregedoria no dia 3 de julho agora e ela confirma que ela recebeu essas bolsas de uma terceira pessoa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Quer dizer, ela, então, se contradiz?

**O SR. PAULO SÉRGIO OPPIDO FLEURY** - Sim, senhor. Ela... A pessoa foi ouvida, José Carlos foi ouvido, confirmou que entregou as bolsas para ela. E ela foi ouvida agora, no dia 3, 10, 15 dias atrás, e ela fala aqui, eu vou deixar com o Presidente, que essa pessoa foi quem lhe fez a entrega daquele invólucro. Essa pessoa é aquela que estava...que estaria me acompanhando. Então, ela não pegou das minhas mãos essas bolsas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Certamente, doutor. Eu só gostaria de encerrar a minha participação... Quer dizer, evidentemente, não são 4 bolsas que estão motivando o trabalho desta CPI nem nosso esforço de apurar os fatos, são as inúmeras coincidências aqui evidenciadas pelos inúmeros fatos que nós colocamos nesta CPI. Muito obrigado ao senhor pela atenção. Uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado. Eu perguntaria ao Relator se ele tem alguma palavra final.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Delegado Paulo Sérgio Fleury, o senhor pode sair daqui com uma certeza: esta CPI tem por objetivo o combate, o esclarecimento ao crime da pirataria. E nós seremos justos e corretos com aqueles que nada deverem à Justiça, nada deverem à sociedade brasileira, mas seremos implacáveis com aqueles que, eventualmente, tenham transgredido as normas e as leis. O senhor — é evidente pelos fatos — não foi acusado de ser um pirata, de participar da pirataria, mas, efetivamente, chegaram denúncias aqui de que o senhor utilizava a estrutura pública, a estrutura da Polícia Civil de São Paulo para benefício próprio, para prestar serviço no seu benefício próprio a empresas prejudicadas pela pirataria. E, quero dizer mais, em se comprovando isso, que o Delegado... havia essa conduta, nós iremos buscar também as empresas que, nesse caso, eram os agentes corruptores, que terão, da mesma forma, de vir aqui e responder perante esta Comissão. Nós continuaremos a investigação. Ficaram algumas dúvidas, o seu advogado procurou este Relator para explicar quanto à diferença nos depoimentos. Eu quero dizer que li o relatório para que não ficassem dúvidas de que a CPI estava agindo com clareza, também não tenho nenhuma... não tenho motivos para duvidar da legitimidade deste depoimento, nós tanto queremos, a pedido do seu advogado, estar recebendo a juntada deste depoimento, mas ficou uma dúvida. Eu quero dizer que nós tomaremos por procedimento ouvir as 4 assistentes, bem como ouvir a Sra. Juíza Corregedora do DIPO nesta CPI para que não fiquem dúvidas e para que, em benefício do inquérito e em benefício daqueles que não tiverem culpa no inquérito, a situação fique clara e resolvida. Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Quero agradecer a presença do Dr. Fleury, quero agradecer a presença do seu advogado. Esta investigação está começando. Eu espero contar sempre com a colaboração dos senhores. Se nós precisarmos, novamente, de sua presença, nós haveremos fazer o contato com o senhor e com o seu advogado. Muito obrigado. A Comissão amanhã está em Campinas. Eu convido todos os companheiros para que estejamos amanhã, todos nós, em Campinas. Muito obrigado a todos.